

Ata nº 161/2025

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os conselheiros do RPPS, no Sindicato dos Municipários de Candiota, às 13 horas e 30 minutos, para reunião sobre a análise do Balanço do exercício de 2024. Estando presentes o Presidente do conselho Sr. Everaldo Lima Gonçalves, os conselheiros Viviane Geisler Nunes, Sandro Pinheiro Klain, Lasie Winckel e Márcio Lopes, e Marcelo Belmudes, representante do SIMCA e do Comitê de Investimentos e Julio Almeida Gestor de Recursos. Em análise aos demonstrativos da Receita anual do exercício de 2024, foi informado o valor de R\$ 17.270.951,71 (dezessete milhões, duzentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos), o demonstrativo da Despesa anual foi informado o valor de R\$ 9.172.279,25 (nove milhões, cento e setenta e dois mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos), o saldo bancário em 31/12/2024 é de R\$ 115.401.254,86 (cento e quinze milhões, quatrocentos e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Após análise, foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros os relatórios do exercício de 2024, pois eles representam a verdade sobre os lançamentos de receitas e despesas do Fundo Municipal de Previdência, com a RESSALVA nos seguintes itens: o município segue com atraso nos pagamentos dos parcelamentos do RPPS, os parcelamentos nº 699, 700, 702, 703, 704, 705, 706 e 733/2018, estão com doze parcelas em atraso, as parcelas nº 53 até a parcela nº 64, sendo que o poder executivo seguiu pagando o parcelamento a partir da parcela nº 65, ficando uma lacuna sem pagamento. RESSALVAMOS que as contribuições dos servidores inativos que superam o teto do Regime Geral que incidem contribuição, está sendo recolhido a contribuição dos servidores inativos, o município não está recolhendo a parte patronal, conforme determina o Art. 19 da Lei Municipal nº 1875/2018. O parcelamento nº 198/2022, tem seis parcelas em atraso, as parcelas nº 09 até nº 14, o poder executivo seguiu pagando a partir da parcela nº 15, ficando uma lacuna sem pagamento. O cálculo atuarial está atrasado. O poder executivo está com a alíquota parte patronal desatualizada desde janeiro de 2022, conforme Lei Municipal nº 1849/2018, deveria ter sido alterada a alíquota para recuperação do passivo atuarial em mais 1,04% (um vírgula zero quatro por cento) a cada ano, devendo ser de 35,21% (trinta e cinco vírgula vinte e um por cento) no ano de 2024, mas a folha de pagamento segue com o desconto de 32,09% (trinta e dois vírgula zero nove por cento), dívida esta que ultrapassa o valor de R\$ 1.300.00,00 (um milhão e trezentos mil reais), as planilhas que comprovam esses valores estão anexas a esta ata. SALIENTANDO, que o Poder Legislativo está repassando a alíquota da parte patronal, de acordo com o que estabelece a Lei 1849/2018, cumprindo os percentuais estabelecidos. Os valores das partes patronais ainda não foram pagos, das seguintes competências: dezembro/2023, 13º/2023, janeiro/2024, fevereiro/2024, março/2024, abril/2024, maio/2024, junho/2024, julho/2024, agosto/2024, setembro/2024 e outubro/2024. Ressaltamos que até a presente data os valores relativos a dívida de novembro de 2019 a março de 2021, dos auxílios doença e maternidade pagos pelo Fundo de Previdência, também não foram repassadas. Foi apresentado pelo Comitê de Investimentos, o relatório financeiro do ano de 2024, o mesmo tem como objetivo acompanhar, analisar e identificar as aplicações do RPPS, que estão sendo atendidas as normas em vigor e a política de investimentos na gestão de recursos do RPPS, o RPPS de CANDIOTA em 31.12.2024 obteve uma rentabilidade acumulada de R\$ 7.529.992,58 (Sete milhões, quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos) o que equivale a 67,87% da meta da PI. O RPPS atingiu 7,01% no exercício quando a meta era de 10,33%. O

Handwritten signatures and text:
Everaldo
Sandro Pinheiro Klain
Julio Almeida
Marcelo Belmudes
Viviane Geisler Nunes
Lasie Winckel

RPPS de CANDIOTA, novamente teve rentabilidade negativa nos fundos "ilíquidos" : AUSTRO IMA-B ATIVO FIC RENDA FIXA, LSH FIP MULTIESTRATÉGIA e PUMA FIP MULTIESTRATÉGIA, prejudicando o desempenho da carteira do RPPS, além disso que também prejudicou que pudéssemos alcançar a meta foi os seguidos resgates para o pagamento da folha dos servidores do RPPS, em virtude da falta de repasse dos recursos por parte da Administração Municipal, bem como o descumprimento da Lei Municipal 1849, visto que o município não está cumprindo com as alíquotas previstas. Nada mais havendo a tratar encerro a presente ata, que vai por todos os presentes assinada.

[Handwritten signatures]